



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022 – Processo Administrativo nº 1945/2022

Área Requisitante / Técnica	Gerência de Tecnologia da Informação – Infraestrutura
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante / Técnico	Reginaldo José de Souza, matrícula 485
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP e a rede mundial de computadores – Internet, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de *link* de comunicação de dados a ser instalado no datacenter do Coren-SP, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

##### 2.1. Bens e Serviços que Compõem a Solução

ID	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	CÓDIGO CATMAT/CATSER	QUANTIDADE	MÉTRICA OU UNIDADE
1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP e a rede mundial de computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado no <i>datacenter</i> do Coren-SP, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses. A taxa de transmissão inicial será de 200 Mbps (Duzentos Megabits por segundo) com possibilidade de expansão para até 400 Mbps (Quatrocentos Megabits por segundo).	26484	2	unidade ( <i>link</i> de acesso)

2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

2.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

#### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

##### 3.1. Contextualização da Demanda e Justificativa da Contratação

3.1.1. Considerando o iminente fim do contrato das conexões de internet atuais, bem como,



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tendo em vista, principalmente, a contratação de serviços em nuvem planejadas para 2022 (PA 11513/2022), os quais são totalmente dependentes de conexões com a internet, se torna imprescindível a formalização de nova contratação.

**3.1.2.** A Tabela abaixo resume as conexões atualmente contratadas pelo Coren-SP.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Link IP internet principal - 200 Mbps	1
Link IP internet <i>backup</i> - 200 Mbps	1

**3.1.3.** Em tempo, a demanda deverá ser atendida até 02/01/2023, quando atingirão o limite máximo de vigência definido pelo art. 57, 'II' da Lei nº 8.666/1993, os contratos decorrentes do PE nº 37/2017 de *links* de internet principal e redundante utilizados pelo Coren-SP.

### 3.2. Identificação das Necessidades Tecnológicas

**3.2.1.** As conexões de internet no Coren-SP são utilizadas para acesso à internet a partir das dependências do órgão e suas subseções e também para acesso externo de profissionais aos serviços oferecidos internamente pelo conselho. Nessas conexões também são executados serviços de infraestrutura de rede IP, como DNS, e para esse serviço especificamente são necessários dois ranges de IP. Também é necessário que as conexões estejam em duplicidade e tragam recursos de tolerância a falhas.

**3.2.2.** A partir do segundo semestre de 2022, a conexão também será usada para acesso a serviços de nuvem, portanto deve ser dimensionada de acordo.

#### 3.2.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

Planejamento	
01/01/2021 a 31/12/2024	
Programa	
Apoio à atividade finalística	
Projeto/Atividade	
ID	Nome
20	Manter os recursos tecnológicos próprios e contratados atualizados, visando à segurança e ao atendimento das necessidades de negócio do Coren-SP

### 3.3. Estimativa da Demanda

**3.3.1.** A solução deverá ser composta pelos seguintes itens:

**3.3.1.1.** Serviço de internet dedicada composta de 2 *links* de internet de 200 mbps cada (simétrico).

**3.3.2.** Demais informações relacionadas à estimativa da demanda constam do Estudo Técnico Preliminar, apenso deste Termo de Referência.

### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

**3.4.1.** Os componentes da Solução descrita neste Termo de Referência correspondem a 2 (duas) unidades de um mesmo serviço, devendo ser contratadas em conjunto, sob a orquestração de um único fornecedor pelas razões abaixo discriminadas:

**3.4.1.1.** Atualmente a conexão de internet no Coren-SP é formada por dois *links* internet os quais são redundantes entre si através da utilização da técnica de *VRRP*. Esse método



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tem funcionado muito bem, garantindo que a conexão internet do Coren-SP permaneça sempre ativa, mesmo quando um dos *links* perde a conexão.

**3.4.1.2.** Esse método somente é possível se os equipamentos conectados a cada *link* forem compatíveis com o protocolo e do mesmo modelo. Além disso, a operadora responsável deve ter permissão de acesso para realizar a configuração em todos os equipamentos envolvidos.

**3.4.1.3.** Dadas essas razões, é necessário que os 2 *links* sejam entregues pelo mesmo licitante, só assim haverá garantias de que a implantação desse método seja efetivada.

**3.4.1.4.** Diante da necessidade de agrupamento dos itens de serviço, verifica-se a impossibilidade de aplicação de cota reservada para MEs e EPPs nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015 para tais itens, uma vez que tal disciplina é aplicável, apenas, na contratação de serviços de natureza divisível.

### 3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

**3.5.1.** Garantir o funcionamento das atividades finalísticas e institucionais da Autarquia que dependam do acesso à rede mundial de computadores, tais como:

**3.5.1.1.** Acesso de usuários internos (colaboradores) a serviços externos durante a execução de suas atividades:

**3.5.1.2.** Serviços para confecção de documentos de profissionais, serviços de compras do governo, serviços de consultas processuais, etc.

**3.5.1.3.** Acesso de usuários internos (colaboradores) a serviços internos durante a execução de suas atividades quando os mesmos se encontram fora das dependências do Coren-SP: VPN, Agiliza, etc.

**3.5.1.4.** Acesso de usuários externos (visitantes) a serviços externos durante os seus respectivos períodos de permanência no interior da CONTRATANTE: Sites de internet, email externo, etc.

**3.5.1.5.** Acesso de usuários externos (profissionais e usuários em geral) a serviços internos: Portal, serviços online, acesso a informações da área profissional, etc.

**3.5.1.6.** Serviços específicos da área de TI para funcionamento da infraestrutura e atendimento de colaboradores: DNS, sistemas de email, portal, etc.

**3.5.1.7.** Serviços compartilhados com Corens de outros estados: Sicsp2, serviços online, VPN, etc.

**3.5.1.8.** Serviços de nuvem já contratados e com contratações em andamento: Microsoft 365, infraestrutura em nuvem.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos De Negócio

**4.1.1.** O acesso à internet, conforme Estudos Técnicos Preliminares, apenso deste Termo de Referência, destina-se à manutenção das atividades finalísticas e administrativas do Coren-SP.

**4.1.2.** O serviço de acesso IP permanente será efetuado com o emprego de *link* de comunicação de dados fornecido pela CONTRATADA, de uso dedicado e exclusivo, entre a rede de dados do Coren-SP e a rede mundial de computadores – Internet, ficando a prestadora obrigada a fornecer



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço.

**4.1.3.** As especificações técnicas definidas neste anexo são de caráter obrigatório e o não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação das propostas.

### 4.2. REQUISITOS TÉCNICOS

#### 4.2.1. Requisitos do *Link* de Comunicação de Dados

**4.2.1.1.** A CONTRATADA implantará os *links* de comunicação de dados, conforme especificações descritas a seguir:

4.2.1.1.1. Deverão ser fornecidas 2 faixas de endereçamento IPv4, cada um com pelo menos 8 (oito) IPs válidos na internet. Cada faixa deverá estar associada a um dos *links*;

4.2.1.1.2. Deverão ser fornecidas 2 faixas de endereçamento IPv6. A quantidade mínima de IPs válidos deverá ser a quantidade padrão definida pelos órgãos responsáveis pela alocação de recursos IP (Registro.br). Cada faixa deverá estar associada a um dos *links*;

4.2.1.1.3. Os *links* deverão ser configurados para serem tolerantes a falhas, de forma que na eventualidade da queda de um deles, o que permanecer ativo deverá assumir automaticamente e temporariamente o range de IPs (IPv4 e IPv6) que estava associado ao *link* inativo. Após o restabelecimento do *link* com problemas, o range de IPs deverá ser assumido de volta automaticamente por esse *link*;

4.2.1.1.4. Deverá ser garantido o funcionamento do serviço DNS a partir de servidores localizados no datacenter do Coren-SP, incluindo os aspectos técnicos relacionados à autoridade das zonas diretas e reversas;

4.2.1.1.5. Deverá ser provida conectividade à internet com taxa de transmissão inicial de 200 Mbps (duzentos megabits por segundo) simétrica, isto é, a taxa de transmissão fornecida deverá suportar 200 Mbps (duzentos megabits por segundo) de tráfego de entrada e 200 Mbps (duzentos megabits por segundo) de tráfego de saída, simultaneamente. Caso os *links* de dados tenham a velocidade aumentada, devem manter a mesma característica simétrica;

4.2.1.1.6. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de *overhead* de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

4.2.1.1.7. A conexão física deverá ser fibra ótica, a qual deverá se estender desde as dependências do Coren-SP até a conexão à infraestrutura de comunicação CONTRATADA. Também é vedada a utilização de tecnologias xDSL e CableModem;

4.2.1.1.8. A comunicação de dados não poderá ser feita por meios aéreos de comunicação (satélite ou rede sem fio) na última milha, devendo ser esta realizada por meio terrestre;

4.2.1.1.9. A infraestrutura física utilizada em cada *link* de transmissão deverá ser distinta entre si;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.2.1.1.10. As interligações devem ser em conexão permanente, dedicadas e exclusivas, desde as dependências do Coren-SP até a conexão à infraestrutura de comunicação da CONTRATADA, obedecendo às recomendações elaboradas pela EIA/TIA (*Electronic Industries Alliance / Telecommunications Industry Association*), pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas, quando couber;

4.2.1.1.11. A comunicação dos *links* não poderá sofrer limitações de velocidade ou restrições à quantidade de dados trafegados, tais como *traffic shaping*;

4.2.1.1.12. A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, inclusive os roteadores necessários, assumindo todos os custos dessa instalação. O Coren-SP fornecerá o local a ser instalado (Rack padrão 19" com bandeja já instalada) e a alimentação elétrica (110v);

4.2.1.1.13. Após a implantação do circuito, solicitações de instalação, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão através de solicitações formais por parte da CONTRATANTE, sendo que estas solicitações deverão ser executadas pela CONTRATADA em, no máximo, 30 (trinta) dias.

4.2.1.1.14. Após o início oficial de operação do circuito contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados, não decorrentes de solicitações descritas na subcláusula anterior, deverão ser realizadas pela CONTRATADA em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;

4.2.1.1.15. Os roteadores utilizados para atender os serviços serão instalados no *datacenter* – localizado no 5º andar do edifício do Coren-SP. Na hipótese de mudança de endereço do Coren-SP, a CONTRATADA poderá cobrar o mesmo custo de instalação orçado inicialmente para implantação dos *links*, e deverá ser apresentado discriminadamente e cobrado de uma única vez.

4.2.1.1.16. Os meios físicos de transmissão que forem utilizados nas dependências do Coren-SP deverão ser apropriados para uso interno, ou seja, não geleados e não suscetíveis à propagação de fogo;

4.2.1.1.17. A CONTRATADA se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências da CONTRATANTE, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de cabos ou fibras ópticas, adaptação de tomadas, etc.).

### 4.2.2. Requisitos do Serviço de Comunicação de Dados

4.2.2.1. Os *links* deverão funcionar em modo de tolerância a falhas. Cada *link* funcionará como contingência ativa um do outro;

4.2.2.2. A CONTRATADA deverá, necessariamente, possuir no Brasil infraestrutura de comunicação principal em tecnologia ATM (*Asynchronous Transfer Mode*), SDH (*Synchronous Digital Hierarchy*), MPLS (*MultiProtocol Label Switching*) ou Gigabit Ethernet.

4.2.2.3. A CONTRATADA deverá, necessariamente, possuir, no mínimo, 5 (cinco) POPs (*Points of Presence*) próprios no Brasil que utilizem tecnologia ATM, SDH, MPLS



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(*MultiProtocolLabelSwitching*) ou *Gigabit Ethernet*, incluindo um na cidade de São Paulo - SP.

**4.2.2.4.** Somente serão aceitos como *POPs* válidos, para fins de avaliação de propostas, aqueles que possuam redundância nos *links* de comunicação de dados com o *backbone* da CONTRATADA.

**4.2.2.5.** A CONTRATADA deverá possuir *link* de comunicação de dados com outras prestadoras de abrangência nacional, possibilitando a capitalização do acesso em todo o Brasil;

**4.2.2.6.** O *backbone* da licitante deverá possuir, pelo menos, dois pontos de troca de tráfego com provedores que possuam *AS (Autonomous System)* independentes e um destes pontos de troca deve ser com um provedor internacional;

**4.2.2.7.** A licitante deverá aceitar *AS-Path prepending* em suas políticas de *BGP*.

### **4.2.3. Equipamentos Roteadores**

**4.2.3.1.** Deverão ser capazes de suprir as necessidades técnicas de performance de acordo com os requisitos exigidos para a conexão internet;

**4.2.3.2.** O sistema operacional dos equipamentos deverá ser o mais atual disponível no mercado, devendo ser atualizado sempre que houver necessidade ou que possam agregar melhorias ou correções aos serviços prestados;

**4.2.3.3.** Deverá suportar configuração de *VLAN* via *tag*;

**4.2.3.4.** Possuir no mínimo 1 (uma) interface que possua tecnologia compatível com a tecnologia a ser instalada no Coren-SP;

**4.2.3.5.** Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces *gigabit ethernet*, que permitam conexão com cabo metálico, além das interfaces fornecidas atendendo ao descrito na alínea anterior;

**4.2.3.6.** Possibilitar a utilização simultânea de todas as interfaces;

**4.2.3.7.** Suporte a aplicações TCP/IP, em conformidade com as recomendações do *IETF (Internet Engineering Task Force)*.

**4.2.3.8.** Suporte a gerenciamento por *SNMP* (versões 1, 2 ou 3) ou *RMON* com no mínimo os grupos padrões: estatísticas, alarmes, histórico e eventos;

**4.2.3.9.** Suportar a coleta de estatísticas via *SSFlow* ou *NetFlow*;

**4.2.3.10.** Os protocolos *SNMP*, *RMON*, *SFlow* e *NetFlow* devem ser configurados para enviar estatísticas para sistemas internos e definidos pelo Coren-SP;

**4.2.3.11.** A CONTRATADA deverá fornecer as seguintes MIBs (*Management Information Bases*): *MIB-II*, *MIB* estendida do equipamento e aquela que permite o gerenciamento dos recursos instalados e configurados no equipamento;

**4.2.3.12.** Suportar a utilização de filtros de pacotes, construção de listas de acesso e as funcionalidades básicas de segurança;

**4.2.3.13.** Suportar criação de canal criptografado usando *SSH v2*, visando administração remota do roteador;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.2.3.14. Integrar multiserviços, como voz, dados e vídeo;
- 4.2.3.15. Suportar controle (definição) de banda por VLAN;
- 4.2.3.16. Suportar a criação de roteadores virtuais;
- 4.2.3.17. Suportar *PfR* (*Performance Routing*), *GLBP* (*Gateway LoadBalancingProtocol*) ou funcionalidade compatível e interoperante.

### 4.3. Requisitos De Capacitação

- 4.3.1. Não se aplicam para o objeto da contratação.

### 4.4. Requisitos Legais

4.4.1. Além da legislação e instruções relacionadas à generalidade das contratações públicas e outras que, por ventura, não tenham sido citadas, os seguintes normativos estão vinculados ao objeto desta contratação:

4.4.2. Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal e adotado pelo Coren-SP como boa prática;

4.4.3. Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016, de 22 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito Coren-SP Regional de Enfermagem de São Paulo.

### 4.5. Requisitos De Manutenção

4.5.1. A CONTRATADA responderá pela reparação dos danos causados por defeitos relativos ao serviço prestado. Por isso deverá prezar pela qualidade e eficiência, garantindo que o serviço e também as soluções definitivas fornecidas não causem problemas adicionais àqueles apresentados pelo Coren-SP quando da abertura dos chamados de suporte técnico.

#### 4.5.2. Parâmetros de Qualidade

4.5.2.1. O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

- 4.5.2.1.1. Disponibilidade do *link* de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;
- 4.5.2.1.2. Latência, tempo de resposta, taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos;
- 4.5.2.1.3. Disponibilidade da central de atendimento conforme períodos e horários exigidos;
- 4.5.2.1.4. Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;
- 4.5.2.1.5. Eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- 4.5.2.1.6. Nenhuma penalidade aplicada à CONTRATADA no período;
- 4.5.2.1.7. Atendimento às demais exigências contratuais.

#### 4.5.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

4.5.3.1. Caberá à CONTRATADA apresentar novas soluções dentro dos prazos e condições aqui estabelecidas, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, caso sejam detectados erros ou impropriedades na solução apresentada.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.5.3.2.** Faculta-se à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento, peça ou componente defeituoso por outros de mesmas características técnicas ou superiores, quando então, a partir de seu pleno estado de funcionamento, ficará suspensa a contagem do prazo de solução definitiva.

**4.5.3.3.** O prazo máximo para a substituição temporária descrita no subitem anterior será de 30 (trinta) dias, sendo que neste prazo o equipamento, peça e componente deverá ser devolvido ao Coren-SP em pleno estado de funcionamento ou ser substituído definitivamente.

**4.5.3.4.** A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer equipamento, peça e componente que venha a se enquadrar em um dos seguintes casos:

4.5.3.4.1. Ocorrência de 3 (três) ou mais chamados técnicos de manutenção corretiva dentro de um período contínuo qualquer de 30 (trinta) dias;

4.5.3.4.2. Soma dos tempos de paralisação que ultrapasse 15 (quinze) horas dentro de um período contínuo qualquer de 30 (trinta) dias;

4.5.3.4.3. Problemas recorrentes em um período contínuo de 90 (noventa) dias contados a partir da abertura do primeiro chamado.

**4.5.3.5.** No caso de inviabilidade da solução definitiva do problema apresentado no equipamento, peça e componente, independentemente do enquadramento nos casos previstos no subitem anterior, faculta-se à CONTRATADA promover a sua substituição em caráter definitivo.

**4.5.3.6.** A substituição definitiva será admitida a critério do Coren-SP após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento, peça e componente ofertado, em relação àquele que está sendo substituído.

**4.5.3.7.** O fornecimento do *link* de comunicação de dados deverá obedecer aos seguintes critérios:

4.5.3.7.1. Latência máxima/Tempo de resposta: 100ms (cem milissegundos);

4.5.3.7.2. Perda de pacotes máxima: 2% (dois por cento);

4.5.3.7.3. A CONTRATADA deverá realizar as duas medições acima, através de sua plataforma de monitoração, em todos os períodos do dia, apresentando-as em valores referentes a cada intervalo de cinco minutos;

4.5.3.7.4. Considerar-se-á indisponibilidade do serviço, além dos casos em que houver parada total, o período em que o valor dos itens anteriores superar(em) o limite máximo continuamente por mais de 30 minutos;

4.5.3.7.5. Serão desconsideradas as medições que ultrapassem os limites máximos quando a CONTRATADA comprovar que a utilização do enlace era superior a 90% da velocidade CONTRATADA no mesmo intervalo;

4.5.3.7.6. Disponibilidade mínima: 99% (noventa e nove por cento), correspondente a 7,3 horas/mês;

4.5.3.7.7. A apuração e/ou contabilização das grandezas acima definidas, para efeito de aferição de resultados, dar-se-á mensalmente por meio dos relatórios e ferramentas de gerência de disponibilidade fornecidos pela CONTRATADA e



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

utilizados pelo Coren-SP;

4.5.3.7.8. Todos os relatórios deverão ser fornecidos por meio de sistema ou ferramenta apropriada que permita a realização de filtros de busca. Como exemplo busca de relatório por período específico.

### **4.5.3.8. No que se refere ao equipamento roteador**

4.5.3.8.1. Taxa máxima de utilização de CPU e Memória: 70% (setenta por cento);

4.5.3.8.2. Taxa máxima de pacotes processados: 70% (setenta por cento) da capacidade total;

4.5.3.8.3. As taxas máximas referentes ao roteador só serão levadas em consideração quando se mantiverem constantes em valores maiores ou iguais aos especificados por um período mínimo de 5 (cinco) minutos ou ocorrerem repetidas vezes por períodos menores;

4.5.3.8.4. A operação do roteador com taxas superiores às especificadas nos itens anteriores implicará na sua substituição por outro de maior capacidade;

4.5.3.8.5. O roteador deverá ter capacidade para recebimento de pacotes de roteamento, que contemplem todas as rotas disponíveis na Internet;

4.5.3.8.6. As taxas e índices mencionados aqui deverão ser aferidos e apresentados no portal de gerência a ser disponibilizado pela CONTRATADA;

4.5.3.8.7. Sempre que os limites estabelecidos para verificação da conformidade dos parâmetros de desempenho dos roteadores da rede forem ultrapassados (ocupação de CPU e/ou memória superior a 70%), a CONTRATADA deverá promover a adequação do equipamento em um prazo máximo de 10(dez) dias corridos, ou em um prazo máximo de 20(vinte) dias corridos, caso haja a necessidade de adequação física do roteador, como troca de componentes ou do próprio equipamento. A partir do primeiro dia de atraso, será aplicado o desconto de 11/30 do custo mensal do link. A cada dia adicional de atraso, será acrescido 1/30 ao desconto estabelecido acima.

**4.5.3.9.** O serviço também será considerado em indisponibilidade a partir do momento em que qualquer anormalidade afete seu perfeito funcionamento – inclusive em relação ao desempenho, independentemente do mesmo continuar (parcialmente) operante e neste caso:

4.5.3.9.1. Sempre que o Coren-SP perceber algum problema ou anormalidade no funcionamento do serviço, o mesmo registrará um chamado junto à CONTRATADA. Neste caso, quando confirmada alguma anormalidade, o tempo decorrido entre o registro do chamado pelo Coren-SP e o retorno do serviço às condições normais de funcionamento será considerado como indisponibilidade;

4.5.3.9.2. A CONTRATADA deverá realizar a abertura automática de chamado em caso de indisponibilidade ou anomalia no serviço prestado. Neste caso, a equipe técnica do Coren-SP deverá ser informada através de *e-mail*, *SMS* ou outro meio de comunicação definido por ela.

**4.5.3.10.** Manutenções e/ou intervenções no serviço que possam alterar sua



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

disponibilidade ou características, quando necessários, deverão ser autorizados pelo Coren-SP e solicitados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**4.5.3.11.** A solicitação de alteração de velocidade mencionada no tópico **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**, deverá ser atendida em até 20 dias, a contar da solicitação.

**4.5.3.12.** Qualquer solicitação à CONTRATADA pertinente ao objeto deste Edital, para a qual não exista prazo de atendimento especificamente estipulado, deverá ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação.

**4.5.3.13.** A apresentação das informações relacionadas a desempenho dos *links* e equipamentos, além de outras relativas aos Níveis de Mínimos de Serviço, deverá estar disponível por meio de uma ferramenta de gerência que será acessada através da Internet por intermédio de um navegador *Web* (a aplicação fornecida deverá funcionar pelo menos nos navegadores Chrome, Edge ou Firefox), com acesso restrito através de usuário/senha eletrônica e utilizando o protocolo HTTPS ou HTTP.

**4.5.3.14.** A página que possuirá as informações de rede, disponibilizada pela CONTRATADA, deverá possibilitar que a gerência de rede do Coren-SP realize consultas, visualize e imprima relatórios das informações de desempenho de rede nos *links* de internet do Coren-SP.

**4.5.3.15.** As estatísticas de desempenho geradas através do uso de *SNMP*, *ICMP*, *Netflow*, *Sflow* ou de algum outro protocolo de controle de rede, poderão ser visualizadas tanto na forma textual como também na forma gráfica, deverão estar disponíveis durante todo período de duração do contrato e fornecerão as seguintes informações:

4.5.3.15.1. Topologia do serviço internet, identificando e apresentando o estado de cada ativo de rede da solução provida ao Coren-SP;

4.5.3.15.2. Consumo de *CPU* e consumo de memória de cada ativo de rede, quando disponível;

4.5.3.15.3. Utilização de banda para cada interface de cada ativo de rede, informando o volume de tráfego (em bits e pacotes);

4.5.3.15.4. Percentual de descarte de pacotes para cada interface de cada ativo de rede;

4.5.3.15.5. Percentual de pacotes com erros para cada interface de cada ativo de rede;

4.5.3.15.6. Amostragem do fluxo de tráfego verificado no roteador.

**4.5.3.16.** O *link* de comunicação de dados que a CONTRATADA possui com o *backbone* internet internacional deverá ter um percentual médio de utilização de, no máximo, 80% (oitenta por cento), índice este que deverá ser comprovado pela CONTRATADA sempre que solicitada pela equipe técnica do Coren-SP, por meio de relatórios e ferramentas de aferição apropriadas.

**4.5.3.17.** A CONTRATADA deverá manter registro dos eventos, que porventura tenham provocado interrupções no *link* de comunicação de dados dentro do período de duração do contrato, de modo a justificar ao Coren-SP a não consideração de tempos de inoperância, causados por falta de energia elétrica nas dependências do Conselho, por ações ou solicitações do Coren-SP ou ainda por manutenções programadas.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.5.3.18.** A CONTRATADA somente poderá efetuar manutenção técnica no *link* de comunicação de dados e/ou nos equipamentos disponibilizados ao Coren-SP, após aprovação por parte da GTI (Gerência de Tecnologia da Informatização). Caso a manutenção seja efetuada sem o consentimento do Conselho, a prestadora estará sujeita às penalidades previstas.

**4.5.3.19.** Serão considerados para efeitos dos níveis exigidos:

DIAS ÚTEIS, SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS	
PRAZO DE ATENDIMENTO	PRAZO DE SOLUÇÃO DEFINITIVA
2 (duas) horas	4 (quatro) horas

4.5.3.19.1. Prazo de Atendimento: Tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da GTI à CONTRATADA e o efetivo início dos trabalhos de suporte técnico;

4.5.3.19.2. Prazo de Solução Definitiva: Tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da GTI à CONTRATADA e a efetiva recolocação do serviço em pleno estado de funcionamento.

**4.5.3.20.** A contagem do prazo de atendimento e solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na Central de Atendimento disponibilizada pela CONTRATADA ou abertura automática de chamado pela CONTRATADA, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica da GTI.

**4.5.3.21.** Após concluído o suporte técnico, a CONTRATADA comunicará o fato à equipe técnica da GTI e solicitará autorização para o fechamento do chamado. Caso a GTI não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela prestadora. Nesse caso a GTI fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

**4.5.3.22.** A GTI encaminhará à CONTRATADA, quando da reunião de alinhamento de expectativas, relação nominal da equipe técnica autorizada a abrir e fechar chamados de suporte técnico.

**4.5.3.23.** A disponibilidade do serviço de comunicação de dados corresponde ao percentual de tempo, durante um período mensal de operação, em que o serviço esteve em condições normais de funcionamento. Tal percentual não poderá ser inferior a 99% (noventa e nove por cento).

**4.5.3.24.** Mensalmente, deverá ser calculado o percentual de disponibilidade para cada um dos serviços descritos a seguir, com base na seguinte fórmula:

IDM =  $[(Tom - Ti) / Tom] * 100$ , onde:  
IDM = Índice de Disponibilidade Mensal.  
Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período de faturamento mensal.  
Tom = Somatório dos minutos de operação no período mensal de operação.

**4.5.3.25.** Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade que estejam abaixo dos limites mínimos estabelecidos, os somatórios dos tempos de inoperância, dentro do período de faturamento, serão descontados dos custos mensais dos serviços, tomando-se como base a seguinte fórmula:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

$Dc = (Cm * Ti) / Tom$ , onde:

Dc= Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do serviço.

Ti= Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período de faturamento mensal.

Tom = Somatório dos minutos de operação no período mensal de operação.

**4.5.3.26.** A CONTRATADA tornará disponíveis informações sobre desempenho e falhas do *link* de comunicação de dados de forma interativa (*online*), a partir do momento da entrada do serviço em operação.

**4.5.3.27.** Ficam também estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados, que ao serem excedidos, determinarão glosas específicas nos custos dos serviços, conforme demonstrado a seguir:

4.5.3.27.1. Percentuais de disponibilidade inferiores a 90% ensejarão a glosa de 50% do custo mensal do *link* de comunicação;

4.5.3.27.2. Percentuais de disponibilidade inferiores a 80% ensejarão a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

**4.5.3.28.** Para efeito de cálculo de disponibilidade, os seguintes índices também serão considerados:

4.5.3.28.1. A CONTRATADA deverá realizar aferições do total de pacotes trafegados e do total de pacotes com erro nos *links* contratados;

4.5.3.28.2. A CONTRATADA deverá coletar informações de pacotes trafegados e pacotes com erro em intervalos de, no máximo, 5 minutos e calcular a taxa de erros em cada dia dentro do período de faturamento mensal, para cada um dos canais de comunicação;

4.5.3.28.3. A taxa de erro máxima admitida para os canais de comunicação é de  $10^2$  pacotes;

4.5.3.28.4. Mensalmente, ao encaminhar suas notas fiscais de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá tornar disponível no portal as medições de pacotes trafegados e pacotes com erro, bem como o cálculo das taxas de erros verificadas em cada um dos dias do período de faturamento mensal, para cada canal de comunicação;

**4.5.3.29.** O valor a ser descontado do faturamento, deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$Dc = [(Cm * Td) / Tod]$ , onde:

Dc = Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do canal de comunicação.

Td= Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que a taxa de erros calculada esteve acima da taxa de erros máxima admitida.

Tod = Somatório dos dias de operação no período mensal de operação.

**4.5.3.30.** Ficam também estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar taxas de erros superiores ao valor máximo admitido, conforme demonstrado a seguir:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.5.3.30.1. Quando Td for maior que 4 (quatro) será efetuada a glosa de 50% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.5.3.30.2. Quando Td for maior que 8 (oito) será efetuada a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

**4.5.3.31.** A CONTRATADA deverá realizar aferições dos tempos de resposta do *link* de comunicação;

**4.5.3.32.** A CONTRATADA deverá coletar informações de tempos de resposta em intervalos de, no máximo, 5 minutos, em cada dia;

**4.5.3.33.** Para coletar os tempos de resposta do *link* de comunicação, a CONTRATADA a deverá considerar medições entre a porta de comunicações com a internet e o roteador que implementa o *link* de comunicação no Coren-SP;

**4.5.3.34.** Mensalmente, ao encaminhar suas faturas de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá tornar disponível no portal os valores coletados, tomando como base o intervalo compreendido entre 07h00 e 20h00, para cada dia do período de faturamento mensal;

**4.5.3.35.** As médias diárias obtidas para as amostras dos tempos de resposta (07h00 e 20h00) não poderão exceder as médias de 100 ms (cem milissegundos);

**4.5.3.36.** O valor a ser descontado do faturamento, deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$Dc = [(Cm * Td) / Tod]$$

onde: Dc= Valor do desconto.

Cm= Custo mensal do canal de comunicação.

Td= Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que o Tempo de Resposta calculado esteve acima do Tempo de Resposta máximo admitida.

Tod = Somatório dos dias de operação no período mensal de operação.

**4.5.3.37.** Ficam também estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar médias de tempos de resposta, superiores aos valores máximos admitidos para as correlações descritas, conforme demonstrado a seguir:

4.5.3.37.1. Quando Td for maior que 6 (seis) será efetuada a glosa de 40% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.5.3.37.2. Quando Td for maior que 10 (dez) será efetuada a glosa de 60% do custo mensal do *link* de comunicação.

4.5.3.37.3. Quando Td for maior que 15 (quinze) será efetuada a glosa de 100% do custo mensal do *link* de comunicação.

**4.5.3.38.** Os descontos descritos acima somente serão considerados, quando dentro do período de observação (07h00 e 20h00), o link apresentar taxas de utilização de banda inferiores a 70%.

**4.5.3.39.** Para cada dia de atraso na instalação do circuito, a CONTRATADA será penalizada em 1/30 do valor mensal pago pelo CONTRATANTE.

**4.5.3.40.** Para cada dia de atraso na alteração de velocidade, a CONTRATADA será penalizada em 1/30 do valor mensal pago pela CONTRATANTE considerando já o valor do



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

link já com sua velocidade alterada.

**4.5.3.41.** Quando a CONTRATADA deixar de atender chamado técnico dentro do prazo estabelecido, por hora ou fração de atraso, será penalizada em 2%(dois por cento) do valor mensal do contrato, para cada chamado não atendido.

### 4.6. Requisitos Temporais

**4.6.1.** A CONTRATADA deverá cumprir os eventos descritos na tabela a seguir, respeitando os prazos máximos estabelecidos:

**TABELA 1 - CRONOGRAMA DO PROJETO**

Nº	DESCRIÇÃO	PRAZO
<b>INSTALAÇÃO E RECEBIMENTO</b>		
1	Assinatura do contrato	Após homologação do certame
2	Reunião de alinhamento de expectativas	5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato
3	Prazo máximo para a CONTRATADA disponibilizar plenamente o serviço contratado	30 (trinta) dias corridos e contados após a assinatura do Contrato
4	Termo de aceite da solução	5 (cinco) dias corridos e contados após a aprovação do serviço pela CONTRATANTE
5	Início do período de prestação de serviço de suporte técnico	Imediatamente após a disponibilização do serviço
<b>EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>		
6	Validação do serviço contratado	Mensalmente, após recebimento do relatório prévio no período (quando solicitado), contendo, chamados abertos e fechados e detalhamento da disponibilidade
7	Aceite mensal do serviço contratado	Mensalmente, após recebimento do relatório definitivo no período (quando solicitado), contendo, chamados abertos e fechados, detalhamento da disponibilidade do serviço e nota fiscal de faturamento emitidos pela CONTRATADA

**4.6.2.** Os tempos considerados na tabela deverão ser contados em dias corridos.

**4.6.3.** Os prazos considerados na tabela foram dimensionados de modo a garantir a manutenção da conectividade da rede e resguardar o impacto causado por eventual indisponibilidade na troca de operadoras de telecomunicações.

**4.6.4.** O prazo de entrega dos produtos e execução dos serviços considera que os componentes do objeto licitado se agrupam em serviços de natureza contínua.

### 4.7. Requisitos De Segurança e privacidade

**4.7.1.** “Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC”, anexo da Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016;

**4.7.2.** Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, que disciplina a Gestão da Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.7.3.** Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR, que estabelece diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações para uso de computação em nuvem nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

### **4.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

**4.8.1.** Os profissionais da CONTRATANTE deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores da CONTRATANTE, em qualquer posição hierárquica, prezando pela comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo. Atuar no estabelecimento da CONTRATANTE com profissionalismo e nos limites do bom senso;

**4.8.2.** Observar e adequar-se a regras, boas práticas, métodos de trabalho e interação social existentes no ambiente da CONTRATANTE.

**4.8.3.** Recomenda-se, naquilo que for cabível para o objeto, que a CONTRATADA observe os critérios de sustentabilidade ambiental descritos no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, na IN SLTI/MPDG nº 01/2010, no Decreto nº 7.746/2012, bem como, com relação ao descarte de aparelhos e baterias inservíveis, a Lei nº 12.305/2020, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **4.9. Requisitos De Arquitetura Tecnológica**

**4.9.1.** Para atender às necessidades apresentadas no item **IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**, as conexões precisam trazer as seguintes características básicas:

**4.9.1.1.** Ranges fixos de IPv4 e IPv6;

**4.9.1.2.** 2 Ranges de IPv4 de tamanho /28 cada (16 IPs para cada range);

**4.9.1.3.** 2 ranges de IP versão 6. O tamanho poderá ser o padrão determinado pelos órgãos de controle (Registro.br);

**4.9.1.4.** Possibilidade de controle de zona reversa DNS pela CONTRATANTE;

**4.9.1.5.** Método de tolerância a falhas, como VRRP, entre as duas conexões de internet.

**4.9.2.** Especificações técnicas adicionais estão listadas no Item 4.2 – Requisitos Técnicos.

### **4.10. Requisitos De Projeto E Implementação**

**4.10.1.** O provedor deverá observar as características do objeto definidas nas especificações atentando-se principalmente aos detalhes de configuração de IP e tolerância a falhas. Essas características deverão ser apresentadas no projeto o qual deverá ser aprovado pela equipe de TI do Coren-SP durante a reunião inicial.

**4.10.2.** A implementação da solução deverá estar em conformidade com todos os detalhes apresentados no projeto, o que determinará a aceitação ou não do objeto.

### **4.11. Requisitos De Implantação**

**4.11.1.** O serviço, deverá ser implantado e prestado no endereço da Sede do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, à Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01331-000.

**4.11.2.** Em virtude da segurança e disponibilidade dos sistemas, acessos e serviços publicados e tendo em vista que o serviço operará em contingência ativa, os dois *links* contratados deverão operar em esquema de tolerância a falhas ativo/ativo, usando técnicas como *VRRP*, de modo a garantir a alta disponibilidade do serviço de acesso à Internet.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.11.3.** Cada equipamento deverá “ser responsável” por um dos dois ranges de IP contratados e estes equipamentos deverão ser configurados de forma que, no caso de falha em um deles, o que permanecer disponível passe a responder pelas duas faixas de IPs, tanto pela sua própria quanto pela daquele que está indisponível. Essa configuração deverá persistir pelo tempo que o equipamento/link indisponível permanecer neste estado, devendo retornar assim que o mesmo voltar à atividade.

**4.11.4.** A CONTRATADA deverá se comprometer, através do preenchimento, assinatura e entrega do **TERMO DE COMPROMISSO TÉCNICO (Anexo II)** que será oferecida redundância na instalação, nos equipamentos que compuserem o *CPE (Customer Premises Equipment)* e na rede de acesso (Estrutura física que conecta o *CPE* até o *POP [Point-Of-Presence]* da CONTRATADA), não sendo permitido que os dois links compartilhem estrutura da rede de acesso e os equipamentos do CPE.

**4.11.5.** A comprovação das redundâncias e tolerância a falhas deverá constar na documentação técnica da solução (*as-built*) que deverá ser entregue após a etapa de instalação do serviço, onde deverá ser demonstrada, além das redundâncias, que os caminhos físicos até os *POPs* serão diferentes;

**4.11.6.** Nesta situação, tanto os equipamentos (*modem*, roteador, etc.) quanto os meios físicos da rede de acesso deverão ser redundantes e tolerantes a falha entre si, ou seja, cada *link* deverá possuir uma estrutura própria. No caso da rede de acesso, esta deverá chegar ao endereço da sede do Coren-SP por caminhos distintos.

### **4.12. Requisitos De Garantia**

**4.12.1.** Por se tratar de serviço, a garantia virá na forma de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, devendo ser prestados de acordo com os prazos definidos no subitem que trata dos **Requisitos de Manutenção**.

### **4.13. Requisitos De Experiência Profissional**

**4.13.1.** O serviço deverá ser prestado por técnico qualificado. A CONTRATADA deverá manter em seu quadro, profissionais capacitados para atendimento das demandas relacionadas a mau funcionamento e suporte técnico durante todo o período da vigência contratual.

### **4.14. Requisitos De Formação De Equipe**

**4.14.1.** A equipe encarregada pela instalação e posterior atendimento de suporte deverá ter em seu quadro, profissionais que serão responsáveis pelas funções de:

**4.14.1.1.** Administração do contrato, atuando como preposto e fornecendo os documentos solicitados pelo gestor e fiscais do contrato, tais como informações sobre pagamentos. Também deverá atuar na solução de conflitos referente ao suporte e cumprimento de SLAs etc.

**4.14.1.2.** Suporte técnico, atuando no diretamente na prestação do suporte técnico e serão os responsáveis por sanar problemas e apresentar soluções técnicas para os problemas apresentados pelo Coren-SP.

### **4.15. Requisitos De Metodologia De Trabalho**

**4.15.1.** No que couber, o processo de trabalho é aquele descrito no subitem **7.1 – Rotinas de Execução**.

### **4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.16.1.** A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

**4.16.2.** Além da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC do Coren-SP (Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016) deverão ser observados os requisitos aplicáveis da nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

**4.16.3.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que seja previa e expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

**4.16.4.** Os dados, informações e sistemas de informação do Coren-SP devem ser protegidos contra ameaças e mau uso, de forma a reduzir riscos e garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade, observando-se as normas do Coren-SP referentes a Política de Segurança da Informação e Comunicações.

**4.16.5.** A CONTRATADA deverá implementar medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações.

**4.17.** O objeto possui **natureza continuada** uma vez que é essencial para cumprimento da missão institucional, considerando a imprescindibilidade do acesso à internet para manutenção das atividades finalísticas e administrativas da Autarquia.

**4.18.** Considerando a natureza do objeto, não será necessário à CONTRATADA promover transição contratual com transferência de conhecimentos.

### 5. VISTORIA

**5.1.** Para dimensionamento e elaboração mais detalhados de sua proposta, opcionalmente o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por empregado do Coren-SP designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 08h00 às 17h00.

**5.1.1.** As vistorias deverão ser agendadas previa e exclusivamente pelo endereço eletrônico [ti.infra@coren-sp.gov.br](mailto:ti.infra@coren-sp.gov.br) (com cópia para [pregao@coren-sp.gov.br](mailto:pregao@coren-sp.gov.br)).

**5.1.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**5.1.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento de identidade civil e documento expedido pela CONTRATADA comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.2.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do objeto de contratação, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes de especificações técnicas, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus decorrentes da contratação.

**5.3.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

### 6. RESPONSABILIDADES



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 6.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais, Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato, se o caso, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 6.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 6.1.3. Fornecer condições e informações necessárias à completa instalação e operacionalização do objeto da licitação;
- 6.1.4. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATANTE, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 6.1.8. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 6.1.9. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### 6.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representa-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 6.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 6.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 6.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 6.2.6. Quando especificado, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 6.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 6.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

**6.2.9.** Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

**6.2.10.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

**6.2.11.** Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 7.1. Rotinas de Execução

**7.1.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**7.1.1.1. Localidade de Execução dos Serviços:** Edifício Sede do Coren-SP, sito à Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-001.

**7.1.1.2.** As informações referentes à Reunião Inicial a ser formalizada entre CONTRATANTE e CONTRATADA e entrega dos itens estão presentes no subitem **4.6 – Requisitos Temporais**;

**7.1.1.3.** As informações referentes à implantação da Solução estão presentes no subitem **4.11 – Requisitos de Implantação**;

**7.1.1.4.** As informações referentes aos níveis mínimos de serviços exigidos estão presentes no subitem **4.5 – Requisitos de Manutenção**;

**7.1.1.5.** Os procedimentos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto estão presentes no subitem **8.4. do Recebimento e Aceitação do Objeto**.

#### 7.2. Mecanismos Formais de Comunicação

**7.2.1.** A comunicação entre os atores nomeados pela CONTRATADA e CONTRATANTE será preferencialmente escrita, admitidos como meios formais de comunicação: Ordens de Serviço, Atas de reunião, Ofícios, *E-mails*, Sistema de Abertura de Chamados e Cartas.

#### 7.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

**7.3.1.** Além dos itens já definidos, a CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

**7.3.2.** O **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (ANEXO III)** contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Coren-SP, deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e apresentado quando da assinatura do instrumento contratual.

### 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 8.1. Controle e Fiscalização da Execução

**8.1.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.2.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**8.1.3.** O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.4.** Durante a execução do objeto, a fiscalização do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**8.1.5.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**8.1.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 8.2. Atores que Participarão da Gestão do Contrato

**8.2.1. Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

**8.2.2. Fiscal Técnico do Contrato:** empregado representante da Área de TI para fiscalizar tecnicamente o contrato;

**8.2.3. Fiscal Requisitante do Contrato:** empregado representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da Solução.

**8.2.4. Preposto:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**8.2.5.** Os atores dos itens 8.2.1 a 8.2.3, bem como suas responsabilidades, serão descritas em Portaria expedida pela CONTRATANTE;

**8.2.6.** O preposto será formalmente nomeado pelo representante legal da CONTRATADA.

### 8.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

**8.3.1.** Os níveis mínimos de serviço descrevem a disponibilidade mínima que a CONTRATADA deve garantir em relação ao tempo de atividade ou continuidade dos serviços contratados.

**8.3.2.** O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do Contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas

**8.3.3.** A aferição dos níveis de serviço será realizada por meio dos indicadores descritos no



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

subitem 4.5.3 - Níveis Mínimos de Serviços supra.

**8.3.4.** O não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos, poderão dar causa, além de ajustes no valor a ser pago à CONTRATADA, na aplicação de sanções administrativas, conforme discriminadas no tópico 8.6 abaixo.

### 8.4. Do Recebimento e Aceitação do Objeto (serviços mensais)

**8.4.1.** Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido **mensalmente**, com medição pro rata nos meses de início do faturamento e do término da vigência contratual, e corresponderá à somatória do valor unitário mensal dos *links* de internet contratados pelo Coren-SP.

**8.4.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

**8.4.3.** No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

**8.4.4.** O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**8.4.4.1.** A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.4.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

**8.4.4.2.** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.4.4.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.4.5.** No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

**8.4.5.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**8.4.5.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**8.4.5.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**8.4.6.** No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o **recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**8.4.6.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**8.4.6.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**8.4.6.3.** Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nos Níveis Mínimos de Serviços (NMS), ou instrumento substituto.

### **8.5. Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento**

**8.5.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

**8.5.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**8.5.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**8.5.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**8.5.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo e

**8.5.1.5.** Cometer fraude fiscal;

**8.5.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**8.5.2.1.** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**8.5.2.2.** Multa de:

**8.5.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**8.5.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.5.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida e

8.5.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo.

8.5.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**8.5.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

**8.5.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**8.5.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

**8.5.3.** As sanções previstas nos subitens 8.5.2.1, 8.5.2.3, 8.5.2.4 e 8.5.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**8.5.4.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1 – GRADUAÇÃO DE MULTAS**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
4	1,6 % (um inteiro e seis décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2 – LISTA DE OCORRÊNCIAS**

Nº	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Descumprir os prazos máximos para o início da prestação dos serviços, a partir do início da vigência contratual.	3
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	3
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização por serviço e por dia;	2
4	Deixar de cumprir a disponibilidade mínima dos serviços, com percentual de disponibilidade inferior a 95% por mês;	5



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Nº	DESCRIÇÃO	GRAU
5	Deixar de cumprir a disponibilidade mínima dos serviços, com percentual de disponibilidade entre a 95% e 99 % por mês;	4
6	Deixar de cumprir a disponibilidade mínima dos serviços, com percentual de disponibilidade entre a 99.741% e 99% por mês;	3
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	1
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
10	Cumprir os prazos previstos para atendimento e conclusão dos chamados	2
11	Cumprir os prazos para a entrega e substituição dos equipamentos, acessórios ou dispositivos que compõem a solução.	3
12	Cumprir os prazos para as atualizações dos equipamentos, dispositivos e softwares que compõem a solução.	2

**8.5.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**8.5.5.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**8.5.5.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**8.5.5.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**8.5.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

**8.5.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**8.5.8.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.5.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**8.5.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**8.5.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**8.5.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**8.5.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**8.5.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **8.6. Do Pagamento**

**8.6.1.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente mediante transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**8.6.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.6.3.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**8.6.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.6.4.1.** o prazo de validade;

**8.6.4.2.** a data da emissão;

**8.6.4.3.** os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

**8.6.4.4.** o período de prestação dos serviços;

**8.6.4.5.** o valor a pagar; e

**8.6.4.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.6.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**8.6.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada a transferência bancária para pagamento.

**8.6.7.** Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**8.6.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

**8.6.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.6.10.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**8.6.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**8.6.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

**8.6.12.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**8.6.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**8.6.14.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**8.6.15.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo que:

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso;  
 $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:  
 $I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$   
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

### 8.7. Da Subcontratação

**8.7.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 8.8. Garantia da Execução



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**8.8.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**8.8.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**8.8.2.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**8.8.2.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**8.8.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

**8.8.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**8.8.4.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**8.8.4.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**8.8.4.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

**8.8.4.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**8.8.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**8.8.6.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**8.8.7.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**8.8.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**8.8.9.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**8.8.10.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**8.8.11.** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**8.8.12.** Será considerada extinta a garantia:

**8.8.12.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**8.8.12.2.** no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**8.8.13.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**8.8.14.** A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

### 8.9. Alteração Subjetiva

**8.9.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O custo estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses é o previsto no valor global máximo, correspondente a **R\$ 43.464,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QTDE	MÉTRICA OU UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (12 MESES)
1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP e a rede mundial de computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado no <i>datacenter</i> do Coren-SP, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por	2 ( <i>links</i> de internet)	MÊS (serviço mensal por link)	R\$ 1.811,00	R\$ 3.622,00	R\$ 43.464,00



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QTDE	MÉTRICA OU UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (12 MESES)
	iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses. A taxa de transmissão inicial será de 200 Mbps (Duzentos Megabits por segundo) com possibilidade de expansão para até 400 Mbps (Quatrocentos Megabits por segundo).					

**9.2.** Tais valores foram obtidos a partir de pesquisas de contratações similares de outros entes públicos no Portal de Compras do Governo Federal, conforme inciso II do art. 5º da IN SGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre procedimentos de pesquisa de preços para aquisição de bens e serviços.

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**10.1.** As despesas correrão pelo(s) seguinte(s) Elemento(s) de Despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.002.028 – Serviços de Internet.

**10.2.** Em relação ao cronograma de desembolsos, o pagamento se dará mensalmente e corresponderá à somatória do valor mensal unitário dos links contratados (item 1 da tabela do tópico 9.1 acima).

### **11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**11.1.** O prazo de vigência da contratação dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

### **12. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**12.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**12.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o “Índice de Serviços de Telecomunicações - IST”, mantido pela Anatel/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**12.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **13.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

**13.1.1.** De acordo com o art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

**13.1.2.** A fundamentação pauta-se na premissa de que a contratação é baseada em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “bem ou serviço comum de TI”, nos termos do inciso II, art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019.

#### **13.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

**13.2.1.** Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu art. 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

**13.2.2.** Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e grandes empresas na mesma situação.

**13.2.3.** Finalmente, entendemos não possível que o objeto licitatório, sem prejuízo do valor anual estimado da contratação, ser de oferta exclusiva a MEs/EPPs, em considerando a natureza do mercado fornecedor de serviços de internet no Estado de São Paulo e considerando tratar-se de serviço continuado, quando, a partir do valor estimado, salvo intercorrência que impossibilite a renovação do instrumento contratual, observar-se-á a superação do valor máximo definido no art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

#### **13.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

**13.3.1. Comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens e para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante:

**13.3.1.1.** Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão ou empresa de direito público ou privado, que comprove a execução do objeto por parte da proponente, equivalente em características e prazos e em quantidades iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo ora licitado;

**13.3.1.2.** Os atestados deverão referir-se a fornecimentos e/ou serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**13.3.1.3.** Diferentes atestados de objetos compatíveis fornecidos por entidades distintas poderão ser somados pelos licitantes;

**13.3.1.4.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

**13.3.1.5.** O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, nos termos do item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

**13.3.1.6.** Terá que ser comprovada a entrega dos bens e a prestação de serviço dentro do prazo, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto deste edital e aquele fornecido;

**13.3.1.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para sua continuidade.

**13.3.2.** A LICITANTE deverá apresentar licença para prover Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) emitido pela ANATEL, devidamente publicada no Diário Oficial da União, em conformidade com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73 de 25 de novembro de 1998; do anexo à Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e demais normas aplicáveis.

### **13.4. O critério de aceitabilidade de preços será:**

**13.4.1.** Valor Global: R\$ 43.464,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), conforme tabela abaixo:

**13.4.2.** Valores unitários, conforme planilha resumo do tópico 9 - ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO acima.

**13.4.3.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supere o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

São Paulo, 09 de setembro de 2022.